



EXCELENTÍSSIMA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL - RS

Pregão Eletrônico nº 90034/2025

L&G POÇOS ARTESIANOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 24.475.164/0001-33, estabelecida na BR 282, Linha Campina do Gregório, Interior, cidade de Cordilheira Alta, CEP 89.819-000, por seu representante **Gustavo Mattana Gabriel**, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 609.486.989-34, vem respeitosamente à presença de V. Senhoria apresentar suas

CONTRARRAZÕES AO RECURSO INTERPOSTO PELA EMPRESA MAIS ÁGUA PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA LTDA

Pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

1. DOS FATOS,

A Recorrida participou regularmente do Pregão Eletrônico nº 90034/2025, restando classificada em primeiro lugar com proposta no valor de R\$ 68.800,00, para execução de obra de engenharia consistente na perfuração de poço tubular profundo, conforme especificações do edital. A Recorrente sustenta que a proposta da L&G seria presumidamente inexequível, por estar abaixo do limite de 75% do valor estimado pela Administração (R\$ 101.575,72), invocando o §3º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

Contudo, como será demonstrado, a proposta da L&G é exequível, conforme já reconhecido pela Administração ao permitir sua classificação, e não se trata de presunção absoluta de inexequibilidade, além de haver respaldo técnico e documental suficiente à sua viabilidade.

No entanto, o recurso administrativo não merece prosperar pelos fundamentos jurídicos que serão expostos a seguir.

2. DO MÉRITO

2.1 DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA

A proposta apresentada pela L&G, apesar de estar abaixo de 75% do orçamento estimado, não é automaticamente inexequível. A nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), em seu art. 59, §3º, menciona que se *presume* a inexequibilidade, não sendo essa presunção absoluta ou irreversível:

"§3º Considera-se inexequível a proposta de preços que, para os contratos de obras e serviços de engenharia, represente valor inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, **salvo na hipótese prevista no §6º do art. 29 desta Lei.**"

Salienta-se que a Administração já reconheceu a viabilidade econômica da proposta de R\$68.800,00, confirmando que tal valor atende aos requisitos de execução e à margem estipulada pelo edital. Dado que os valores são muito próximos, não há justificativa técnica para que a exequibilidade seja questionada, **já que a estrutura de custos deve ser comparável e se encontra dentro dos parâmetros normativos e práticos observados.**

Por isso, frisa-se que a proposta da L&G foi elaborada com atenção às especificidades e exigências estabelecidas, sendo plenamente capaz de atender às condições de execução exigidas pela Administração. Argumentar que o valor é inexequível, configura uma inconsistência no critério de avaliação que prejudica a isonomia e a continuidade do processo licitatório.

Ao questionar a viabilidade da proposta da L&G, a concorrente desconsidera que a análise de exequibilidade passa por diversos fatores além do valor absoluto ofertado. A L&G preparou suas propostas com base nas exigências e condições particulares para a prestação do serviço, apresentando valores que, para cada caso específico, atendem aos requisitos estabelecidos. Em conformidade com o §6º do art. 29, é assegurado à Administração **solicitar demonstração de exequibilidade por meio de planilhas de custos e documentos técnicos, o que, no caso, foi devidamente cumprido pela L&G, que apresentou o Termo de Exequibilidade constante nos autos. Além disso, a Administração Pública já analisou e considerou viável a proposta, não havendo vício a ser sanado.**

Diante do exposto, requer-se o improvimento do recurso administrativo interposto pela concorrente quanto ao Lote 02, mantendo-se a classificação da L&G.

2.2 PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE

A proposta da Recorrida deve ser mantida por atender ao interesse público, à

economicidade e à eficiência administrativa, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021. Além disso, é vedado à Administração promover interpretações rígidas e desproporcionais da norma legal que possam restringir a competitividade ou afastar a proposta mais vantajosa. A exclusão da proposta da L&G sem apuração concreta da exequibilidade também violaria os **princípios do contraditório e da ampla defesa**, previstos no art. 5º, LV, da Constituição Federal. A desclassificação automática, como pretende a Recorrente, é incompatível com o devido processo legal administrativo.

A argumentação da Recorrente, ao sustentar a presunção absoluta de inexequibilidade para propostas de obras e serviços de engenharia que apresentem valores inferiores a 75% do valor orçado pela Administração, deve ser analisada à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, esses princípios são fundamentais para garantir que a Administração Pública atue de maneira equilibrada e justa, evitando decisões arbitrárias ou desproporcionais.

O princípio da razoabilidade exige que os atos administrativos sejam adequados e necessários para alcançar os objetivos pretendidos, sem excessos ou insuficiências. No caso em questão, a desclassificação automática de propostas com valores inferiores a 75% do orçamento estimado, sem a devida análise de sua exequibilidade, pode resultar em uma medida excessiva e desarrazoada. Isso porque a mera presunção de inexequibilidade não deve ser suficiente para desclassificar uma proposta sem que se verifique, de fato, a capacidade da empresa de executar o contrato pelo preço ofertado.

Ademais, o princípio da proporcionalidade, que se desdobra nos subprincípios da adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito, impõe que a Administração Pública adote medidas que sejam adequadas para atingir os fins desejados, necessárias para evitar sacrifícios desnecessários e proporcionais em relação aos benefícios esperados. A desclassificação automática de propostas, sem a possibilidade de análise concreta da exequibilidade, pode violar esses subprincípios, especialmente quando há indícios de que a empresa licitante possui capacidade técnica e financeira para cumprir o contrato.

O artigo 3º da Lei nº 14.133/2021 reforça a necessidade de a Administração Pública buscar a proposta mais vantajosa, o que implica considerar não apenas o preço, mas também a qualidade e a capacidade de execução do serviço. A interpretação literal e rígida do artigo 59, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, sem a devida ponderação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, pode levar a decisões que não atendem ao interesse público, ao excluir propostas potencialmente vantajosas sem uma análise criteriosa.

Portanto, a aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade exige que a Administração Pública, ao avaliar propostas licitatórias, considere a possibilidade de diligências para verificar a exequibilidade das propostas, mesmo quando estas apresentam valores inferiores a 75% do orçamento estimado. A desclassificação automática, sem essa análise, pode resultar em uma medida desproporcional e contrária ao objetivo de obter a proposta mais vantajosa para a Administração, comprometendo a eficiência e a qualidade das contratações públicas.

Diante do exposto, requer seja desconsiderado o Recurso Administrativo interposto pela empresa Mais Água Perfuração e Construção de Poços de Água LTDA.

2.3 DIREITO AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA

A Mais Água Perfuração e Construção de Poços de Água LTDA sustenta que o edital nº 90034/2025 estabelece a desclassificação automática de propostas com preços inexequíveis. Contudo, é imprescindível observar que o artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal assegura o direito ao contraditório e à ampla defesa. A desclassificação automática sem a possibilidade de defesa das empresas concorrentes pode configurar violação a esse direito constitucional, uma vez que impede a apresentação de justificativas e comprovações de exequibilidade, o que é essencial para garantir a lisura e a justiça no processo licitatório.

O direito ao contraditório e à ampla defesa é um princípio basilar do ordenamento jurídico brasileiro, aplicável a todos os processos administrativos e judiciais. A Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso LV, dispõe que "aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes". Este dispositivo constitucional visa assegurar que todas as partes envolvidas em um processo tenham a oportunidade de se manifestar e apresentar suas razões, garantindo um julgamento justo e equitativo.

No contexto do processo licitatório em questão, a desclassificação automática de propostas com preços considerados inexequíveis, sem a possibilidade de defesa, contraria diretamente esse princípio constitucional. A nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), em seu artigo 59, § 4º, estabelece que propostas com valores inferiores a 75% do orçamento estimado pela Administração são consideradas inexequíveis. No entanto, essa presunção de inexequibilidade não pode ser aplicada de forma absoluta e automática, sem que seja oferecida às empresas concorrentes a **oportunidade de demonstrar a viabilidade de suas propostas.**

A interpretação rígida e literal do artigo 59, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, sem considerar o direito ao contraditório e à ampla defesa, pode levar a injustiças e à exclusão indevida de propostas que, embora apresentem preços inferiores ao limite estabelecido, sejam exequíveis e vantajosas para a Administração Pública. A aplicação da lei deve ser harmonizada com os princípios constitucionais, de modo a garantir que todas as partes tenham a oportunidade de se manifestar e apresentar suas justificativas.

Portanto, a desclassificação automática das propostas da empresa L&G Poços Artesianos LTDA, sem a devida oportunidade de defesa, configura uma violação ao direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa. A Administração Pública deve assegurar que todas as empresas concorrentes tenham a chance de demonstrar a exequibilidade de suas propostas, garantindo a transparência, a justiça e a lisura do processo licitatório. Dessa forma, a decisão de desclassificação deve ser revista, permitindo que as empresas apresentem suas justificativas e comprovem a viabilidade de suas propostas, em conformidade com os princípios constitucionais e legais aplicáveis.

2.4 SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA

De acordo com o art. 5º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, a licitação tem como objetivo selecionar a proposta mais vantajosa. A proposta da L&G, por ser economicamente mais vantajosa e tecnicamente viável, atende integralmente ao interesse público.

A Recorrente fundamenta seu recurso na presunção absoluta de inexecutabilidade prevista no artigo 59, § 4º, da Lei nº 14.133/2021. Contudo, é necessário considerar que o artigo 5º da mesma lei estabelece que a licitação deve assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, o que inclui a análise detalhada das propostas apresentadas. A desclassificação automática sem essa análise pode resultar na exclusão de propostas que, embora abaixo do limite de 75%, sejam exequíveis e vantajosas, contrariando o objetivo principal da licitação pública.

O artigo 5º da Lei nº 14.133/2021 dispõe que a licitação deve observar, entre outros princípios, **o da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração**. Esse princípio é essencial para garantir que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente e que os serviços contratados atendam às necessidades da Administração com a melhor relação custo-benefício. A presunção absoluta de inexecutabilidade, conforme defendida pela apelante, não pode ser aplicada de forma a comprometer esse princípio fundamental.

Além disso, o artigo 59, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, ao estabelecer a presunção de inexecutabilidade para propostas com valores inferiores a 75% do orçamento estimado, não exclui a possibilidade de análise detalhada das propostas. A interpretação literal e isolada desse dispositivo pode levar a resultados contrários ao interesse público, ao desconsiderar propostas que, embora apresentem valores inferiores ao limite estabelecido, possam ser exequíveis e oferecer vantagens significativas à Administração.

A análise detalhada das propostas é crucial para assegurar que a Administração não desclassifique automaticamente propostas que, apesar de apresentarem preços baixos, sejam tecnicamente viáveis e vantajosas. A desclassificação automática sem essa análise pode resultar na contratação de propostas com preços mais altos, sem justificativa técnica ou econômica, o que contraria o princípio da economicidade e a busca pela proposta mais vantajosa.

Portanto, a interpretação do artigo 59, § 4º, da Lei nº 14.133/2021 deve ser harmonizada com o artigo 5º da mesma lei, de modo a garantir que a seleção da proposta mais vantajosa seja baseada em uma análise criteriosa e detalhada das propostas apresentadas. A desclassificação automática, sem essa análise, pode comprometer a eficiência e a qualidade das contratações públicas, resultando em prejuízos para a Administração e para o interesse público.

Dessa forma, a argumentação da Mais Água Perfuração e Construção de Poços de Água LTDA, ao defender a desclassificação automática das propostas concorrentes com base na presunção absoluta de inexecutabilidade, deve ser refutada, pois contraria o princípio da seleção da proposta mais vantajosa e a necessidade de uma análise detalhada das propostas, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021.

3. DO DIREITO

É preciso lembrar, em primeiro lugar, que o procedimento licitatório é regido por diversos princípios, consoante o art. 5º da LEI nº 14.133 de 1º de abril de 2021, regulamentador da Lei das Licitações, demonstrado abaixo:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da



motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

E este princípio constitui em uma garantia para os licitantes, pois o mesmo proíbe que a Administração Pública inclua como requisito para habilitação **qualquer documento que não tem previsão legal e que não esteja incluída na Lei 14.133/2021.**

*“A supremacia da lei expressa à vinculação da Administração ao Direito, o postulado de que **o ato administrativo que contraria norma legal é inválido**”.*

Denota-se assim, a necessidade de a Administração Pública agir em acordo com a Lei, sob pena de os atos **por ela praticados serem inválidos.**

4. DOS REQUERIMENTOS

Diante do acima exposto, requer-se:

- a) O não provimento do recurso administrativo interposto pela empresa Mais Água Perfuração e Construção de Poços de Água LTDA;
- b) A manutenção da classificação da L&G POÇOS ARTESIANOS LTDA no certame como vencedora;
- c) O reconhecimento de que a proposta da Recorrida é **exequível, vantajosa e conforme aos ditames legais** e às exigências do edital;
- d) A levar em consideração o Termo de Exequibilidade anexado nos autos, como prova cabal da viabilidade da proposta.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Cordilheira Alta - SC, 18 de junho de 2025.

L&G Poços Artesianos LTDA